


- 
- Reforma e atendimento
 - Aproximação com a comunidade acadêmica
 - Ato médico
 - Campanhas de divulgação
 - Atividade parlamentar
 - Participação em Congressos e Feiras

Fonoaudiologia fecha ano com saldo positivo

Ações do Sistema de Conselhos deram à categoria maior visibilidade perante órgãos públicos e sociedade.

sumário

CFFa

04 2012: um ano bom para a Fonoaudiologia

CREFONO 1

08 Emoção marca lançamento da I Campanha Nacional do Envelhecimento Ativo no Rio de Janeiro

10 Oficina aponta estratégias para consolidação da Fonoaudiologia Educacional no Rio de Janeiro

CREFONO 2

12 I Mostra de Fonoaudiologia em Linguagem Escrita

14 Espessante alimentício: o fonoaudiólogo prescreve ou indica?

CREFONO 3

16 Centro de Implante Coclear do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina

18 CREFONO 3 recebe instituições de ensino superior em Sessão Plenária Ordinária

CREFONO 4

20 Profissional contribui para ampliação da assistência fonoaudiológica no SUS

CREFONO 5

24 Professores, fonoaudiólogos e pais por uma educação de excelência

26 Perfil do fonoaudiólogo na 5ª região

CREFONO 6

28 Autonomia profissional, até onde ir?

29 Força profissional

30 A realidade da Fonoaudiologia nos planos de saúde

CREFONO 7

32 Campanha do Idoso mobiliza fonoaudiólogos no Rio Grande do Sul

34 O fonoaudiólogo perito criminal

CREFONO 8

36 Uso fonoaudiológico da eletroterapia transcutânea

38 Importância da organização sindical para os fonoaudiólogos

As matérias da revista Comunicar são de responsabilidade de seus respectivos Conselhos, conforme listado acima.



SISTEMA DE CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE FONOAUDIOLÓGIA

CFFA - 10º COLEGIADO
Gestão abril/2012 a abril/2013

Bianca Arruda Manchester de Queiroga – Presidente
Carla Monteiro Girodo – Vice Presidente
Charleston Teixeira Palmeira – Diretor Secretário
Jaime Luiz Zorzi – Diretor Tesoureiro

Suzana Campos MTB 4390527 – Assessora da Comissão de Divulgação

CONSELHOS REGIONAIS
Gestão abril/2012 a abril/2013

CREFONO 1

Adriana Dile Bloise – Presidente
Maria Aparecida da Silva Xavier – Vice Presidente
Joyce Moreira da Rocha Forte – Diretora Secretária
Cláudia Magalhães Corrêa D'Oliveira – Diretora Tesoureira

CREFONO 2

Thelma Costa – Presidente
Mônica Petit Madrid – Vice Presidente
Márcia do Carmo Redondo – Diretora Secretária
Sílvia Tavares de Oliveira – Diretora Tesoureira

CREFONO 3

Ângela Ribas – Presidente
Ana Paula Pamplona da Silva Muller – Vice-Presidente
Jackeline Martins – Diretora Secretária
Solange Pazini – Diretora Tesoureira

CREFONO 4

Ana Cristina de Albuquerque Montenegro – Presidente
Márcia da Glória Canto de Sousa – Vice-Presidente
Sandra Maria Alencastro de Oliveira – Diretora Secretária
Cleide Fernandes Teixeira – Diretora Tesoureira

CREFONO 5

Sílvia Maria Ramos – Presidente
Márcia Regina Salomão – Vice-Presidente
Caroline Silveira Damasceno – Diretora Secretária
Rodrigo do Carmo Dornelas – Diretor Tesoureiro

CREFONO 6

Graziela Zanoni de Andrade – Presidente
Juliana Lara Lopes – Vice-Presidente
Cristiane Mendes Correa – Diretora Secretária
Erika Bottero Silva – Diretora Tesoureira

CREFONO 7

Marlene Canarim Danesi – Presidente
Themis Maria Kessler – Vice-Presidente
Nádia Maria Lopes de Lima e Silva – Diretora Secretária
Cristina Moreira – Diretora Tesoureira

CREFONO 8

Hyrana Frota Cavalcante de Vasconcelos – Presidente
Karine Medeiros Carvalho – Vice-Presidente
Claudia Sobral de Oliveira Uchoa – Diretora Secretária
Danielle Levy Albuquerque de Almeida – Diretora Tesoureira

REVISTA COMUNICAR
PRODUÇÃO EDITORIAL



Liberdade de Expressão – Agência e Assessoria de Comunicação
www.liberdadeexpressao.inf.br

Jornalista responsável – Patrícia Cunegundes (JP 1050 DRT/CE)
Reportagem – Rafael Nascimento
Edição – Rogério Dy la Fuente/Revisão – Joira Coelho e Cecília Fujita
Projeto gráfico – Ana Helena Melo
Diagramação: Alex Amorim
Capa: Alessandro Santanna

IMPRESSÃO
Plural Editora e Gráfica Ltda.

TIRAGEM
45.000 exemplares

PARA ANUNCIAR
Tel. (0 ** 61) 3322-3332
e-mail: fono@fonoaudiologia.org.br

Como entrar em contato com a revista Comunicar:
SRTVS Qd. 701, Ed. Palácio do Rádio II – Bl. E, Salas 624/630
Tel. (0 ** 61) 3322-3332/3321-5081/3321-7258
Fax (0 ** 61) 3321-3946
e-mail: imprensa@fonoaudiologia.org.br
Site: <http://www.fonoaudiologia.org.br>

editorial 

Como a fonoaudiologia trabalhou em 2012

O ano de 2012 foi marcado por muito trabalho, garantindo importantes avanços para a fonoaudiologia no Brasil. As Campanhas do Sistema de Conselhos foram excepcionais, tivemos uma movimentação e divulgação imensurável da profissão através das Campanhas da Amamentação, do Envelhecimento Saudável, da Fonoaudiologia Educacional e do Dia do Fonoaudiólogo.

Na sequência, participamos de eventos importantes como a Feira Educar Educador, em que trabalhamos a sensibilização de docentes sobre a importância da fonoaudiologia nos processos educacionais. Não temos como deixar de pontuar a nossa participação na Conferência Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e no Encontro Internacional de Audiologia.

Tivemos também o cuidado com a nossa sede, que foi reformada e reestruturada para atender melhor o fonoaudiólogo. Estivemos presentes durante todo o ano no Congresso Federal, acompanhando a tramitação de Projetos de Lei (PL) de interesse da fonoaudiologia. Tivemos inclusive ações pontuais como a manifestação na Esplanada contra o Ato Médico.

A participação do Sistema de Conselhos no 20º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia também merece destaque. Este ano tivemos uma sala exclusiva onde discutimos os rumos e o futuro da fonoaudiologia. Os



Bianca Queiroga
Presidente do CFFA

resultados de todas as discussões vão ajudar a nortear o trabalho do CFFA em 2013.

Além de todas essas ações, as Comissões do CFFA também trabalharam muito. Foram muitas reuniões e decisões importantes, que vocês poderão acompanhar mais detalhadamente nesta edição.

Por fim, ressaltamos também o lançamento da Plataforma Fonoaudiologia Brasil, uma iniciativa do Sistema de Conselhos para reunir em uma única base de dados, informações sobre a situação real e atual dos fonoaudiólogos do país e entender os desafios sociais para o progresso da profissão.

As matérias dos Conselhos Regionais também estão atualizadas com reflexões e um panorama recente do que está sendo feito pela fonoaudiologia em todo o Brasil. Vale a pena conferir.

Boa leitura!



A revista Comunicar agora pode estar no seu *smartphone*. Para acessar o conteúdo, seu aparelho precisa ter câmera fotográfica, acesso à internet e um aplicativo para decifrar o QR code. Com todos esses requisitos, basta aproximar a câmera da figura ao lado e esperar que o aplicativo leia o símbolo. Pronto! Você poderá guardar as edições da revista Comunicar e compartilhar com quem quiser.

2012: um ano bom para a Fonoaudiologia

Ações desenvolvidas ao longo do ano animam conselheiras do CFFa, que projetam um ano ainda melhor para 2013.

Rafael Nascimento,
repórter

Dois mil e doze foi um dos anos mais significativos para os interesses da Fonoaudiologia. Várias ações políticas, institucionais e profissionais nas áreas da educação, saúde, parlamentar, bem como assuntos internacionais e de normatização, foram realizadas pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) com o intuito de fortalecer a classe e dar visibilidade às atividades dos fonoaudiólogos.

A participação em órgãos de controle municipais, estaduais e federais e o estreitamento das relações com deputados, senadores e com a gestão pública contribuíram para que os fonoaudiólogos tivessem maior notoriedade e inserção no mercado de trabalho. Além disso, a presença contundente em eventos específicos e não específicos da categoria ajudou a expandir a estratégia de posicionamento da profissão em relação às causas que defende.

“A capacidade de articulação, acompanhamento e fiscalização das

nossas comissões e a parceria com os Conselhos Regionais viabilizaram os resultados que obtivemos ao longo deste ano. Essa conjunção de fatores nos deu vitórias em muitas áreas que atuamos e possibilidades de avançarmos ainda mais em 2013”, avalia a presidente do CFFa, Bianca Queiroga.

A revista Comunicar fez um balanço das iniciativas em que o CFFa atuou ao longo do ano – algumas em conjunto com Conselhos Regionais de Fonoaudiologia – e, a seguir, listaremos as que afetam mais diretamente os profissionais.



ASSUNTOS INTERNACIONAIS

As atividades do CFFa em 2012 também extrapolaram as fronteiras do território brasileiro. A principal ação acompanhada pelo conselho durante o ano foi a implantação da matriz mínima de registro profissional na Plataforma Arouca, uma rede que reúne informações de todos os profissionais da saúde dos oito países-membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Na prática, isso significa que, a partir de 2015, todos os trabalhadores brasileiros da saúde – inclusive fonoaudiólogos – poderão circular livremente pela Argentina,

Uruguai, Venezuela, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru em busca de aperfeiçoamento profissional ou de empregos mais vantajosos, desde que os seus dados éticos e curriculares estejam devidamente cadastrados nessa plataforma.

EDUCAÇÃO

Uma importante novidade que 2012 trouxe para a categoria foi a implantação da Plataforma Fonoaudiologia Brasil. A ideia nasceu da necessidade de obter informações mais precisas e atualizadas sobre a situação dos fonoaudiólogos no país. A Plataforma permite que dados profissionais de todos os fonoaudiólogos estejam reunidos em um amplo sistema interligado entre o Conselho Federal e os Regionais.

“Essa rede de contatos vai possibilitar a visualização dos pontos fortes e fracos da profissão e servir como orientador de ações para o nosso fortalecimento”, conta Bianca Queiroga.

Outro destaque na área da Educação foi a realização de oficinas de sensibilização em Fonoaudiologia Educacional nos oito Conselhos Regionais.

Com isso, o objetivo principal foi atingido: houve uma aproximação da comunidade acadêmica com os ideais propostos pelo Sistema de Conselhos relativos à nova maneira de enxergar a educação brasileira, em que há uma participação mais ativa do fonoaudiólogo nas escolas.

Plataforma Fonoaudiologia Brasil



Tiago Rodella/ Sercom – Centrinho/USP



SAÚDE

O CFFa acompanhou ao longo de 2012 todo o processo para a implantação das Redes de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência em centros de reabilitação. Além disso, trabalhou para garantir a permanência, por direito, dos fonoaudiólogos nesses ambientes e a inclusão de profissionais nos que serão construídos.

A pesquisa sobre a Saúde Auditiva é outro ponto a ser destacado. Realizado em 95 hospitais de média e alta complexidade de todo o país, o levantamento subsidiou as discussões que o CFFa manteve com o Ministério da Saúde para que os centros hospitalares já existentes funcionassem adequadamente. “Além disso, a pesquisa é um marco no processo de fiscalização”, afirma Cristina Biz, presidente da Comissão de Saúde do Conselho Federal.

A utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) no Sistema Único de Saúde foi outro acontecimento importante para a Fonoaudiologia neste ano. O CFFa participou ativamente para conseguir que o instrumento fosse adotado pelo Ministério da Saúde. As constantes reivindicações acarretaram a aprovação da Resolução nº 451/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

A norma instituiu a CIF nas práticas da saúde pública. “É uma ferramenta que possibilitará aos fonoaudiólogos avaliar melhor as funções clínicas comprometidas de seus pacientes”, declara Cristina Biz.

A CIF também serviu de base para os Balizadores de Tempo de Tratamento, que pretende avaliar o período de tratamento e mensurar o nível de evolução dos pacientes. O documento que formaliza a prática deve ser lançado pelo Conselho Federal até o final deste ano.

Em todos esses pontos, as sociedades científicas ligadas à Fonoaudiologia tiveram uma importante parcela de contribuição, principalmente no que diz respeito aos elementos técnicos que embasaram os discursos com as autoridades governamentais.



ASSUNTOS PARLAMENTARES

Outro aspecto positivo de 2012 foram as conquistas em relação às matérias legislativas que tramitam no Congresso Nacional. Um dos projetos de lei mais polêmicos que envolvem a Fonoaudiologia é o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) nº 268/2002, que pretende dar amplos poderes aos médicos.

A assessoria parlamentar do CFFa acredita ser muito difícil haver uma reviravolta no projeto de lei (PL) apelidado de Ato Médico, porque o regimento interno do Senado não permite mais modificações no texto atual.

Apesar de a situação ser pouco animadora, os fonoaudiólogos devem ter esperanças quanto ao desfecho, pois o CFFa mobiliza esforços para retardar o máximo de tempo a possível aprovação do SCD nº 268/2002. O objetivo é elaborar ações amplas para reverter esse caso.

Uma das estratégias é trabalhar para o veto integral quando o texto chegar ao Executivo. A outra é, em caso de sanção da presidenta Dilma Rousseff, buscar a “judicialização”, ou seja, levar a matéria para o Supremo Tribunal de Federal. O SCD nº 268/2002 está parado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado desde março de 2012.

Álvaro Maimoni, assessor parlamentar do CFFa, ressaltou que, em razão do momento político desfavorável – eleições municipais deste ano e o envolvimento de parlamentares com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Cachoeira –, muitos projetos de lei pararam nas comissões da Câmara e Senado, e projeta a mesma lentidão nos próximos anos em decorrência dos grandes eventos esportivos.

ANDAMENTO DOS OUTROS PLS

PL nº 669/2007 – Programa de Saúde Auditiva: está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados desde fevereiro 2011 aguardando designação de relator. Se aprovado, vai para o Senado, sem passar pelo Plenário da Câmara.

PL nº 786/2007 – Obriga o poder público a oferecer exame de acuidade auditiva e visual para os alunos do ensino fundamental: está na CCJC da Câmara desde maio de 2010. Foi apresentado parecer pela constitucionalidade e aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) em maio de 2010. Vai para o Senado.

PL nº 2.776/2011 – Política nacional de saúde vocal: o deputado Artur Bruno, do Ceará, apresentou em junho de 2012 parecer pela rejeição. Segue para CSSF, CCJC e, se aprovado nas duas comissões, vai para o Senado. O Conselho Federal prepara ação junto a parlamentares visando à aprovação do PL.

PL nº 7.081/2010 – Diagnóstico e tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) na educação básica: está na Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara e não tem previsão de análise ou votação. O CFFa enviou ofício a todos os parlamentares membros dessa comissão explicando a importância da aprovação do PL e da realização de audiências públicas.

PLC nº 119/2010 – Jornada de trabalho de 30 horas: está no Senado desde setembro de 2011 e aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário para ser votado.

PL nº 5.394/2012 – Altera a Lei nº 6.965/1981 e estabelece piso nacional do fonoaudiólogo: está em caráter conclusivo na CSSF desde maio de 2011. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

PL nº 3.512/2008 – Regulamenta o exercício da Psicopedagogia: está na CEC aguardando audiência pública. CFFa solicitou participação na discussão com a população.

Errata:

Na edição 54 da Revista Comunicar, página 4, onde se lê no 9º parágrafo: “... permanecem válidas e deverão ser revalidadas somente em julho de 2017”. O correto é: “... permanecem válidas e deverão ser revalidadas até 31 de maio de 2017”. No 4º parágrafo, há outras duas correções. A primeira é: em vez de “(...) 30 dias consecutivos;”, na 7ª linha, leia-se: “30 dias consecutivos ou não”. A outra está na 8ª linha: o correto é registro secundário, em vez de segundo registro, conforme a Resolução nº 408.

ASSIM COMO OS ATORES, MILHARES DE BRASILEIROS PRECISAM SE COMUNICAR BEM

Para isso, o profissional de fonoaudiologia cuida da voz, audição e problemas de fala. Como resultado, a inclusão social, educacional, profissional e familiar. Conte com um fonoaudiólogo.

9 DE DEZEMBRO
UMA HOMENAGEM AO
DIA DO FONOAUDIÓLOGO

Reynaldo Gianecchini ator de teatro, cinema e TV.

Fotos: Felipe Lúcio / Tratamento de Imagem; Guilherme Oliveira. O ator cedeu gratuitamente seus direitos de imagem para esta campanha.



Sistema de Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia

Pela importância de se comunicar bem
www.fonoaudiologia.org.br



Emoção marca lançamento Envelhecimento Ativo no Rio



Conselheiros e funcionários do CREFONO 1 homenageiam Anna Cunha



Professora de dança de salão Bárbara Brêtas e seus alunos

Rose Maria, assessora de imprensa

Cinquenta e quatro núcleos em 15 municípios participaram da I Campanha Nacional Envelhecimento Ativo: Construindo um Futuro Saudável, que em sua sexta edição no Rio de Janeiro tornou-se nacional, com o tema *Envelhecer com saúde é como água: indispensável*. O lançamento ocupou o Teatro II do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), no Centro do Rio de Janeiro, em 24 de setembro.

“A proposta de transformar a campanha em uma ação nacional se justifica pela importância do tema para toda a população brasileira, que está envelhecendo. A unificação da campanha e das ações favorece o fortalecimento da ideia de que a Fonoaudiologia traz benefícios importantes para

a população nessa fase da vida. Cuidar da saúde da comunicação dos nossos idosos significa promover qualidade de vida e bem-estar, que são indicadores fundamentais do envelhecimento saudável”, explicou a Dra. Bianca Queiroga (CRFa 4-5115), presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Já a coordenadora regional da ação, Dra. Maria Aparecida Pio de Abreu (CRFa 1-4317), lembrou que a campanha não se destina só a idosos, mas a pessoas de todas as idades, já que envelhecer com saúde é um processo que merece atenção e cuidados em qualquer fase da vida.

No CCBB, os presentes se encantaram com a apresentação do Coral Bequadrado, formado por componentes cuja média de idade ultrapassa 60 anos. O público se emocionou com a exibição do documentário *Clarita*, de Thereza Jessouroun, que relata a convivência

da família com sua mãe, portadora de Mal de Alzheimer, interpretada pela atriz Laura Cardoso. No palco do teatro, houve também a apresentação de dança de salão do grupo encabeçado pela professora Bárbara Brêtas, especializado em terceira idade, além de uma confraternização com Anna Cunha, assessora contábil do CREFONO 1 há mais de 20 anos, homenageada na ocasião.

“Fonoaudiólogos podem contribuir e muito no enfrentamento diário do patológico e fisiológico, com técnicas que favorecem a memória, audição, voz, respiração, fala, audição, linguagem, enfim, a comunicação do idoso. A estimulação é fundamental”, assinalou a Dra. Cíntia Ramos (CRFa 1-6558), coordenadora do Serviço de Reabilitação do Hospital Municipal de Geriatria e Gerontologia Miguel Pedro, ex-conselheira do CREFONO 1 e coor-

da I Campanha Nacional do de Janeiro



Coral Bequadro

Gustavo Oliveira

Cartaz da Campanha



denadora da I Campanha Regional do Envelhecimento Ativo.

A assistente social e segunda vice-presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), Maria Angélica Sanchez, concordou: “Nosso olhar deve ir também para a família, que sofre demais e também precisa de apoio. O papel do fonoaudiólogo é estimular o idoso a todo o momento. Isso é fundamental”, completou.

Os padrinhos da campanha em 2012 foram os atores Nicette Bruno e Stênio Garcia, que cederam gratuitamente o uso de sua imagem e voz para divulgar a iniciativa em vídeo. O folder informativo, com a imagem dos dois, ultrapassou a casa dos 1,5 mil compartilhamentos só no Facebook. Mensagens de áudio foram veiculadas pelas rádios Antena 1, Bandnews e Manchete AM. Cartazes

da campanha foram fixados no painel de utilidade pública das 40 estações do Metrô, no Rio. E a ação socioeducativa também fez com que o Envelhecimento Ativo se transformasse em pauta para rádios e TVs, como no *Bom Dia Rio*, da Rede Globo, que enfocou a Voz do Idoso.

As atividades dos polos começaram em 24 de setembro e se estenderam por todo o mês de outubro. No Rio de Janeiro, os núcleos de orientação contaram com revistas de passatempos da linha Coquetel, cedidas pela Ediouro Publicações.

No núcleo do Hospital Municipal de Geriatria e Gerontologia Miguel Pedro, por exemplo, as fonoaudiólogas da unidade fizeram triagem de voz, motricidade orofacial (MO) e *screening* do estado mental, além de orientação realizada no Grupo

de Apoio ao Portador da Doença de Parkinson. As profissionais contaram com o apoio de acadêmicos do curso de graduação em Fonoaudiologia da Universidade Estácio de Sá.

As fonoaudiólogas Cíntia Ramos e Patrícia Santoro, por sua vez, levaram orientações aos idosos no Hospital Municipal Miguel Pedro.

NA REDE

Quer ver as peças da campanha? Acesse: www.CREFONO1.gov.br/downloads.

Quer ver mais fotos, relatos dos núcleos e outras informações sobre esta iniciativa? Visite: http://blog.CREFONO1.gov.br/?page_id=925.

Quer conhecer o vídeo com a participação dos padrinhos? Acesse: <http://www.youtube.com/user/CREFONO1>.



Oficina aponta estratégias p Fonoaudiologia Educacional



Arquivo CREFONO 1

Dra. Adriana Dile, presidente do CREFONO 1, na mesa de abertura do evento

Rose Maria assessora de imprensa

Que ações devem ser desenvolvidas para ampliar e fortalecer o exercício profissional na área de Fonoaudiologia Educacional? Como reformular as metas voltadas para atuação junto à Educação Especial, atendendo ao princípio da transversalização destes serviços junto ao ensino regular? O que os Conselhos Federal e Regionais, a Sociedade Brasileira (SBFa), instituições de Ensino Superior, fonoaudiólogos e gestores, devem fazer para garantir a inserção, a ampliação e o fortalecimento da atuação do profissional de Fonoaudiologia na Educação? Será que os fonoaudiólogos, de fato, conhecem suas próprias possibilidades de atuação no âmbito da Educação? Essas foram as perguntas que nortearam a XII Oficina de Sensibilização para Docentes,

Discentes e Profissionais que atuam na área da Fonoaudiologia Educacional, que aconteceu nos dias 25 e 26 de setembro, no auditório do *campus* Tijuca da Universidade Veiga de Almeida, Zona Norte do Rio de Janeiro.

Desde novembro de 2011, a SBFa, em parceria com os Conselhos Federal e Regionais, vem promovendo oficinas por todo o país para discutir a inserção do fonoaudiólogo no âmbito educacional, a partir de reflexões sobre as políticas públicas vigentes, os rumos tomados pela Educação no país, algumas ações já desenvolvidas por profissionais que atuam na área e a busca de novos caminhos nesse campo, nos diversos cenários.

A etapa do Rio de Janeiro contou com a presença da presidente do CFFa, Dra. Bianca Queiroga (CRFa 4-5115); da presidente do CREFONO 1, Dra. Adriana Dile (CRFa 1-4979);

Evento reuniu fonoaudiólogos, alunos e professores que discutiram formas de fortalecer a profissão

Estimativas sobre problemas de aprendizagem no ensino básico do Brasil apontam que 59% dos alunos apresentam baixa proficiência e problemas de aprendizagem.

além de Dra. Vera Lúcia Garcia (CRFa 2-4123, 1ª secretária da SBFa). Os participantes ressaltaram a importância da sensibilização do gestor público para a contribuição da Fonoaudiologia frente a dificuldades e transtornos da aprendizagem. Mas Dra. Cláudia Graça (CRFa 1-9665), conselheira do CREFONO 1 e docente da Universidade Veiga de Almeida (UVA) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lembrou que o fonoaudiólogo tam-

Para consolidação da no Rio de Janeiro

bém precisa ocupar seu espaço, seja fazendo concurso e entrando para a administração pública, seja através do domínio e especialização de seu conhecimento na área.

Uma das mesas redondas, "Relatos de Experiências em Fonoaudiologia Educacional nos diversos Cenários", apontou a necessidade de os cursos de Fonoaudiologia passarem a preparar o futuro profissional já na graduação com práticas e teorias que forneçam instrumentos a ser utilizados na parceria para a aprendizagem, o que não acontece ainda.

O campo de atuação é vasto. Segundo Dr. Jaime Zorzi (CRFa 2-3861, CFFa e CREFONO 2), estimativas sobre problemas de aprendizagem no ensino básico do Brasil apontam que 59% dos alunos apresentam baixa proficiência, muito atraso, problemas de aprendizagem em si ou estão fora da escola. Dra. Vera Lúcia Garcia assinou, por sua vez, que os profissionais interessados em atuar na área devem se informar sobre as leis e resoluções vigentes, tanto em Fonoaudiologia quanto em Educação, para melhor ajudar a modificar essa realidade.

A maioria dos participantes, a partir de suas vivências, demonstrou acreditar que a inclusão é possível, mas difícil de ser aplicada, já que exige planejamento

e trabalho em conjunto de equipe multiprofissional com a criança, a escola, os pais e professores. O fonoaudiólogo pode auxiliar os educadores a enxergar outra possibilidade de atuação junto aos alunos especiais que estudam em escolas regulares. A mediação escolar, por exemplo, já é realidade no Rio de Janeiro. Vem sendo exercida por fonoaudiólogos em vários municípios, em escolas privadas.

Dra. Isabela Poli (CRFa 1-6867), fonoaudióloga da Prefeitura do Rio de Janeiro e docente da UVA, sugeriu a possibilidade de abertura de uma consulta pública pela SBFa para construção de um documento norteador da atuação do fonoaudiólogo diante da realidade educacional contemporânea. Mas Dra. Vera Lúcia Garcia sugeriu que a SBFa promova cursos de capacitação Ensino à Distância (EAD), fomentando a atuação do fonoaudiólogo no campo educacional.



Cerca de 200 profissionais participaram das discussões

Arquivo CREFONO 1



Palestrantes e representantes da SBFa e do Sistema de Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia

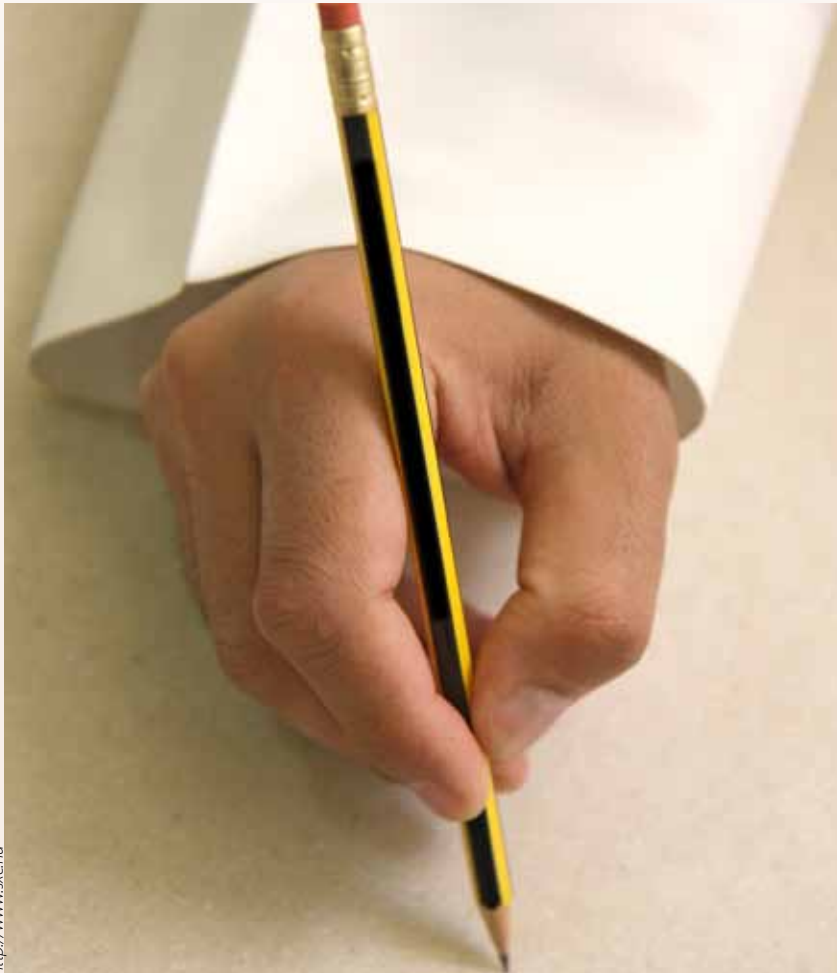
Arquivo CREFONO 1

Participaram ainda das discussões como palestrantes Dra. Ana Claudia Rios Marinho Furtado (CRFa 1-7085, Prefeitura de Rio Bonito, CREFONO 1); Dra. Gladis dos Santos (CRFa 1-4075, UFRJ); Dra. Márcia Cavadas (CRFa 1-6687, UFRJ/ELOUFRJ/AND); Dra. Renata Mousinho (CRFa 1-6386, UFRJ/ ELOUFRJ); Dra. Vânia Pavão (CRFa 1-4885, UFRJ/ AND) e Dra. Rita Leniza (CRFa 1-8832, CREFONO 1/UVA).



I Mostra de Fonoaudiologia em Linguagem Escrita

Profissionais se reuniram para abrir espaço a novas discussões e compartilhar experiências na intersecção entre Saúde e Educação



Lourdes D'Urso
CRFa 2-3685

Partindo do pressuposto de que a relação entre Fonoaudiologia, Saúde e Educação é construída a partir de diferentes concepções teóricas que conduzem diversas práticas e ações, a Comissão de Educação do Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região, com o apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc), realizou em 22 de agosto a I Mostra de Fonoaudiologia em Linguagem escrita: a diversidade de práticas na interface Saúde e Educação, no auditório do Sesc Pinheiros. O objetivo, conforme esclareceu a presidente em exercício do CREFa 2ª Região, Monica Petit Madrid, não foi “esgotar o assunto, mas abrir um novo espaço de discussão para que os profissionais compartilhem suas experiências”.

Além da presidente do conselho, compuseram a mesa de abertura: Jaime Zorzi, representante do Conselho Federal de Fonoaudiologia; Irene Marchesan,

ologia em

presidente da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia; Kátia Regina Pessoa e Jair de Souza Moreira Junior, representantes da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e do Sesc, respectivamente; além de Vera Regina Vitagliano Teixeira, representando a comissão organizadora do evento. A necessidade de respeito à diversidade de concepções no campo da linguagem escrita, a importância da efetiva interação entre Fonoaudiologia e Educação e a própria relevância do evento nesse cenário foram pontos comuns das falas dos convidados da mesa, assistida por cerca de 70 participantes.

Para a presidente Monica, a organização da mostra está em sintonia com outras ações do Conselho Regional de Fonoaudiologia, no sentido de garantir a liberdade de ação profissional e discutir políticas públicas de saúde e educação.

Encerrando a abertura, a fonoaudióloga Vera Regina Vitagliano Teixeira lembrou que a interface entre Saúde e Educação no campo da Fonoaudiologia não é recente, mas originada nos primórdios da profissão, quando havia uma concepção de higienização e uniformização da língua falada. Segundo ela, atualmente essa situação transformou-se numa pluralidade de práticas embasadas em pesquisas científicas consistentes sobre a linguagem escrita.

O tema da democracia como bem cultural exercido no cotidiano e a relação entre democracia, ciência e Fonoaudiologia foi colocado em debate pelo cientista político Humberto Dantas, na palestra magna "Pluralidade e diversidade em Fonoaudiologia", suscitando intensa reflexão e interação entre os presentes.

Na segunda parte do evento, foram apresentados e discutidos oito trabalhos selecionados pela Comissão Científica do evento entre os 22 inscritos.

Além da programação científica, uma atividade cultural foi oferecida aos participantes, no intervalo de almoço: a exposição *Tutto Fellini*, com apoio de monitores do Sesc Pinheiros.

"Esperamos que esse evento entre para o calendário anual do Conselho Regional de Fonoaudiologia 2º Região, como ocorre com outros." Essa opinião de Vera Regina Vitagliano Teixeira, membro da Comissão organizadora, compartilhada por muitos participantes, sintetiza o saldo positivo ao término da I Mostra de Fonoaudiologia em Linguagem Escrita.

Para conferir os anais do evento, acesse: www.fonos.org.br.



Há mais de 75 Anos Vendendo Qualidade

• Audiômetro
• Imitanciômetro
• Oto-Emissões
• Bera



Audiômetro MA-42

- Exclusivo sistema de (PAC).



Ero-Scan - Pro

Duas sondas

- Sistema portátil que combina EOA e Timpanometria.



Imitanciômetro MI-34

- Clínico automático com impressora.



Oficina especializada Oto-Sonic. Manutenção e calibração.



Fabricação Oto-Sonic de Cabinas Audiométricas.



Distribuidor exclusivo Bernafon e Maico no Brasil

Rua Dom José de Barros 264 - 7º andar - 01038-904 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3363-8888 - equipamentos@otosonic.com.br
www.otosonic.com.br





Espessante alimentício fonoaudiólogo pres

Beatriz Ercolin, CRFa 2-14616
Cibele Siqueira, CRFa 2-6198

Os benefícios da indicação da consistência alimentar adequada ao paciente disfágico pelo fonoaudiólogo são indiscutíveis. Nossa atuação com esses pacientes – seja nos consultórios ou hospitais, seja participando diretamente das equipes de transtornos da deglutição – está cada vez mais em destaque e com crescente valorização. Esse é o fruto da atuação com seriedade que a Fonoaudiologia tem realizado ao longo dos últimos anos, apresentando os benefícios que o nosso desempenho proporciona junto aos transtornos da deglutição. A responsabilidade do fonoaudiólogo se torna cada vez maior e, para tanto, é necessário que a área se configure na atuação baseada em evidências, com crescentes pesquisas e indagações.

De acordo com o artigo 2º da Resolução nº 356, de 6 de dezembro de 2008, que “Dispõe sobre a competência técnica e legal do fonoaudiólogo para atuar nas disfagias orofaríngeas”, cabe a este profissional, em relação ao processo de deglutição, dentre outros procedimentos:

V – Prescrever a consistência alimentar, o volume, o ritmo de oferta, os utensí-



cio: o screve ou indica?

lios, as manobras e posturas necessárias para administração da dieta via oral de forma segura.

Sendo assim, o fonoaudiólogo é o profissional responsável por prescrever a consistência alimentar indicada para o indivíduo disfágico, incluindo, quando necessário, a indicação do uso de espessante alimentício. Porém, não nos atentamos para a composição deste produto, que apresenta em sua composição um importante mineral para nossa saúde, o sódio, que pode se tornar maléfico à saúde quando ingerido em altas doses por tempo prolongado. O uso excessivo do sódio pode causar alterações no metabolismo do indivíduo, como aumento da pressão arterial, insuficiência renal, entre outras. Diante desta realidade, será que podemos prescrever o espessante alimentar para qualquer paciente, em qualquer quantidade, por períodos prolongados? Não seria mais responsável discutir a indicação com outros profissionais da equipe, especialmente nutricionistas e/ou médicos, para saber se a quantidade da substância que o paciente irá ingerir pode afetar a sua saúde?

Cabe ressaltar que alguns pacientes disfágicos só apresentam deglutição segura para a consistência pastosa, utilizando, assim, o espessante em grande parte da sua alimentação. Como atuar diante

dos casos de pacientes disfágicos crônicos, sem o prognóstico de interromper o uso do espessante? Vale lembrar que nos casos da necessidade de engrossantes podemos sugerir o uso de espessantes naturais; mas e para espessar a água?

Diante destes múltiplos questionamentos, no mês de agosto de 2012, foi promovido o I Fórum Multidisciplinar sobre o uso de Espessante Alimentar em Pacientes Disfágicos, em uma parceria estabelecida entre a Equipe de Fonoaudiologia do Complexo Hospitalar de São Bernardo do Campo, o Setor de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina do ABC e o Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região. As discussões apontaram para a necessidade de um seguimento mais rigoroso dos pacientes em uso de espessantes, considerando as particularidades de suas doenças. Por isso, é essencial a participação de fonoaudiólogos, médicos e nutricionistas na indicação e prescrição do espessante alimentar.

Muitas discussões ainda se fazem necessárias para sanar as dúvidas em torno do assunto. É imprescindível a discussão entre fonoaudiólogos e demais profissionais da equipe em busca de respostas para garantir assistência ao paciente disfágico com segurança, qualidade e dignidade.

Errata:

Na página 15 da edição 54, que relata as ações do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, foi publicado que a Comissão de Saúde estava programando a I Mostra de Fonoaudiologia em Linguagem Escrita: A Diversidade de práticas na interface Saúde e Educação. O evento programado por essa comissão é a IV Mostra de Fonoaudiologia na Saúde Pública do Estado de São Paulo.



Centro de Implante do Hospital Universitário Universidade Federal de



Presença da fonoaudióloga reabilitadora na ativação de um paciente

Diego Torres,
repórter

Após seis anos de requerimentos junto à Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, o Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (HU-UFSC) foi credenciado ao Ministério da Saúde para realizar cirurgias de implante coclear em abril de 2011 pela Portaria nº 186. O Hospital Universitário já era referência em atenção à saúde auditiva de média e alta complexidade desde 2006. No entanto, muitos pacientes com perdas auditivas de grau severo a profundo bilateral, sem sucesso com a protetização, eram encaminhados para outros estados. O doutor Cláudio Ikino e a fonoaudióloga Maria Madalena Pinheiro elaboraram projetos justificando

a necessidade de o estado de Santa Catarina ter um centro de referência em implante coclear. A equipe recebeu capacitação tanto da parte cirúrgica quanto do acompanhamento fonoaudiológico pré, intra e pós-operatório do implante coclear desde 2005, tendo inclusive realizado no HU-UFSC a primeira cirurgia de implante coclear no estado em 2007, que foi um caso de exceção.

Atualmente o centro de implante coclear do HU-UFSC realiza avaliações de todos os candidatos encaminhados por serviços de atenção à saúde auditiva em alta complexidade no estado de Santa Catarina. Os atendimentos no HU-UFSC iniciaram-se em julho de 2011, sendo atendidos semanalmente quatro casos novos e realizadas duas cirurgias por mês. Todos os candidatos são assistidos por uma equipe multiprofissional composta por médico otorrinolaringologista, fonoaudiólogos, psicólogo e assistente social. A indicação cirúrgica se concretiza após um processo criterioso de avaliação do paciente e dos exames complementares pela equipe.

A avaliação médica é realizada pelo otorrinolaringologista Cláudio Ikino e consiste em uma consulta inicial em que são pesquisados aspectos relativos à perda auditiva, como tempo de ins-

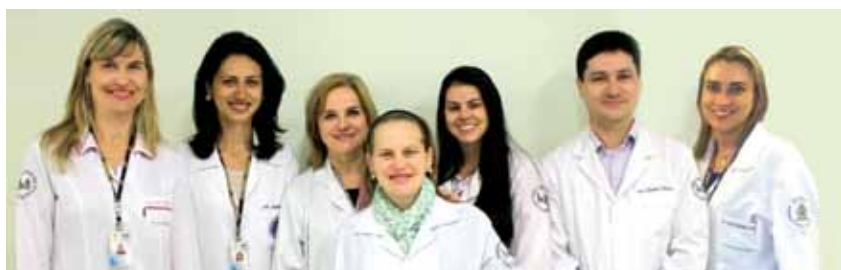
talação, grau, etiologia e tratamentos prévios, além das condições gerais de saúde. Após a avaliação da equipe são solicitados exames de imagem e pré-operatórios, complementação de vacinação e orientação sobre a cirurgia e os riscos. A cirurgia e o acompanhamento pós-operatório também são realizados pelo Dr. Cláudio Ikino.

O trabalho do Serviço Social no implante coclear tem como objetivo articular junto aos demais profissionais da equipe e aos familiares ações que possibilitem acesso do usuário ao tratamento, garantindo o direito à saúde. A assistente social da equipe, Andréia Burlim, desenvolve estratégias junto às redes de apoio pessoal e de Serviços Municipais para atender as demandas do paciente e de sua família. A atuação da Psicologia na etapa pré-cirúrgica consiste na avaliação dos aspectos neuropsicológicos, emocionais do paciente, motivacionais e psicopatológicos da família. A psicóloga da equipe, Raquel Zanini, realiza atendimento clínico psicoterápico na ocasião da hospitalização e no pós-operatório.

A equipe de Fonoaudiologia é constituída por quatro fonoaudiólogas. Adriana Lima e Priscilli Beresford são responsáveis pela avaliação pré-operatória



Coclear da Santa Catarina



Da esquerda para a direita: Francine Freiberg, Madalena Pinheiro, Adriana Lima, Andreia Burlim, Priscilli Beresford, Cláudio Ikino e Rachel Zanini.

e pela reabilitação auditiva. Maria Madalena Pinheiro e Francine Freiberg realizam as avaliações intraoperatória (telemetria de impedância e telemetria neural) no centro cirúrgico e todo o acompanhamento pós-operatório. Na ativação dos eletrodos do implante coclear são realizadas todas as orientações de uso e cuidados. Neste primeiro momento é solicitado que a fonoaudióloga reabilitadora compareça ao centro de implante coclear para conhecer o funcionamento deste dispositivo e seus parâmetros de programação.

Além da assistência no centro de referência em implante coclear do HU-UFSC, também são realizadas atividades de pesquisa e extensão. A professora Maria Madalena Pinheiro coordena um projeto de acompanhamento dos pacientes

candidatos e usuários de implante coclear, o qual conta com a colaboração de acadêmicos bolsistas do curso de Fonoaudiologia.

No HU-UFSC já foram atendidos no primeiro ano 90 casos novos e realizadas 21 cirurgias de implante coclear, sendo que 62% deles foram de crianças com faixa etária variando de um a onze anos de idade. Verificamos que a maior parte dos pacientes candidatos à cirurgia de implante coclear apresentou perda auditiva no período pré-lingual. Observamos a necessidade de políticas públicas para promoção da saúde auditiva infantil e diagnóstico precoce da deficiência auditiva. Além disso, é importante que os centros de implante coclear realizem ações de orientação aos serviços de atenção à saúde auditiva.

V CONGRESSO SUL - BRASILEIRO de
FONOAUDIOLÓGIA
07 a 09 de Novembro de 2013 - Curitiba - PR
Local: Associação Médica do Paraná
TEMA PRINCIPAL - SAÚDE AUDITIVA

Promoção:
CREFONO 3
Conselho Regional de Fonoaudiologia - 3ª Região

**Pré-Congresso
Vagas Limitadas**

**Curso Teórico Prático
em Implante Coclear**

07 Novembro de 2013
das 08h30 às 12h00
das 14h00 às 18h00

Informações:
www.fonoaudiologia2013.com.br

Secretaria Executiva

Softeventos

Reg. MT - 18.022702.80.0001-8
Tel.: (41) 3329-0715
softeventos@softeventos.com



CREFONO 3

recebe instituições de ensino superior em Sessão Plenária Ordinária



Angela Ribas
CRFa 3-4698

Ana Paula Muller
CRFa 3-7688

Solange Pazini
CRFa 3-4024

Uma das competências dos Conselhos de Fonoaudiologia, seja o Federal ou os Regionais, é estimular a exatidão do exercício da profissão, velando pelo prestígio e bom nome dos que a exercem (Lei nº 6.965/1981, artigos 10 e 11). Este tem sido um dos focos primordiais

da gestão 2011/2013 do CREFONO 3, além, é claro, da fiscalização do exercício profissional.

Durante os anos de mandato que se encerram no início de 2013, os conselheiros efetivos e suplentes do CREFONO 3, além das atividades rotineiras nas comissões designadas, buscaram desenvolver estratégias que aproximassem os fonoaudiólogos da Autarquia, com vistas a fortalecer a classe e proporcionar visão politizada acerca do atual estado da arte da profissão na nossa região, no Brasil e no mundo.

Foram diversas as iniciativas: Congresso Sul-Brasileiro em Balneário Camboriú; encontros microrregionais

de saúde pública, educação e saúde auditiva ao longo de três anos; palestras nos cursos de Fonoaudiologia; e eventos em parceria com os Sindicatos do Paraná e Santa Catarina. Todas as estratégias foram bem-sucedidas. Porém, quando nos deparamos com a dificuldade de organização das chapas para as próximas eleições, questionamos sua efetividade.

Apesar de divulgarmos amplamente o processo eleitoral, poucos profissionais se interessaram em destinar um pouco de seu tempo e conhecimento em benefício da classe. Por fim, depois de muitos convites realizados, apenas uma chapa se

inscreveu e comporta nomes que em outras oportunidades já tiveram o privilégio de colaborar e participar dos trabalhos no conselho.

Este fato, embora não seja novidade, em muito nos surpreendeu, pois os questionamentos e as críticas são recorrentes. E aqueles que sempre criticam, muitas vezes de forma inadequada e rispida, perderam, mais uma vez, a oportunidade de fazer algo diferente.

Neste contexto, uma brilhante ideia foi apresentada pela Conselheira Fonoaudióloga Rosane Sampaio, de Curitiba: “Por que não convidarmos professores e alunos dos cursos de Fonoaudiologia de nossa jurisdição para participarem de uma Sessão Plenária Ordinária

(SPO)? Seria uma excelente oportunidade para eles vivenciarem situações do conselho e se interessarem pela honorífica tarefa de ser conselheiro”. A Plenária aprovou por unanimidade e os convites foram encaminhados. Na última SPO, realizada no mês de outubro, muitos colegas e futuros colegas estiveram presentes à reunião, ouvindo, discutindo, votando e decidindo sobre temas importantes da Fonoaudiologia.

Estiveram presentes alunos e professores do curso de Fonoaudiologia das seguintes instituições: Univali, UFSC,



Unicentro, Tuiuti e FAG Cascavel. Tendo em vista as manifestações de aprovação, a iniciativa será reeditada nas próximas sessões plenárias do CREFONO 3. Esperamos que estejamos plantando o germe da participação positiva e proativa em jovens fonoaudiólogos que possuem o desejo de crescer responsávelmente com a nossa profissão.

DEPOIMENTOS:

É a primeira vez que participo da reunião do CRFa e fiquei muito satisfeito com a objetividade da pauta proposta para discussão, considerando que são questões de interesse de alunos e fonoaudiólogos. Discutir sobre as políticas públicas direta e indiretamente relacionadas à Fonoaudiologia despertou em mim, como aluno, a vontade de procurar saber mais sobre a área no cenário político nacional. Além disso, é possível ter uma noção sobre as atualizações da profissão, os congressos que estão por vir e até mesmo sobre a formação de fonoaudiólogos em nossa região. A participação nas reuniões é muito importante para que profissionais da área possam trocar informações de grande valia e também despertar em todos a consciência de um trabalho integrado, visando ao benefício dos profissionais, dos estudantes e da população. Se houver outra oportunidade, participarei novamente, com certeza.

Hugo Carvalho, aluno da UTP

“Na minha opinião, a reunião proposta pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia propiciou o diálogo entre docentes e discentes das universidades e o conselho em benefício da classe. Conhecer as questões prioritárias do conselho me fez refletir sobre a importância da formação profissional no contexto da ética e

da saúde pública. Aproveito para agradecer a oportunidade de participar do encontro.”

Adriana Bender Moreira de Lacerda, docente da UTP

“O resultado da SPO foi expressivo. Conselheiros, professores e alunos puderam debater sobre temas interessantes, como: postura ideal para amamentação, processo eleitoral, campanhas de divulgação e coparticipação das instituições de ensino superior, projetos de lei em andamento e o Congresso Sul-Brasileiro de Fonoaudiologia. Sempre com interação satisfatória, descontraída, todos participaram ativamente.”

Roseane Beleze, conselheira

Entendemos que este encontro permitiu vivenciar a realidade enfrentada pelo Conselho, conhecendo e participando das discussões durante Sessão Plenária. Nós, acadêmicos, muitas vezes desconhecemos o verdadeiro papel do conselho, e esta oportunidade possibilitou ampliar o conhecimento e nos instigou futuramente a fazer parte, representando a Fonoaudiologia!

Sofia Pierini, presidente do Centro Acadêmico de Fonoaudiologia da UNIVALI e Aline Cividini, aluna do 8º período do Curso de Fonoaudiologia da UNIVALI.



Profissional contribui para ampliação da assistência fonoaudiológica no SUS

A partir da orientação do fonoaudiólogo sergipano Arthur Marcelino, Justiça determina prestação de assistência integral aos pacientes com distúrbios de comunicação e contratação imediata de mais fonoaudiólogos



Com a contratação de novos profissionais, unidade de saúde espera diminuir fila de espera, que hoje passa de duas mil pessoas

Maurício Júnior,
assessor de comunicação

Tudo começou quando a genitora de um paciente de apenas três anos com diagnóstico de autismo, usuário do SUS, não conseguiu assistência fonoaudiológica no Centro de Especialidades Médicas da Criança e do Adolescente (CEMCA) da cidade de Aracaju, capital de Sergipe. Após a triagem, o nome do paciente ficou na lista de espera. “A responsável pela criança questionou o tempo de espera

entre a triagem e o início do tratamento. Informei sobre a demanda e orientei a usuária a recorrer à Defensoria Pública e lutar pelos seus direitos”, explicou o fonoaudiólogo Arthur Marcelino, que há três anos trabalha na unidade.

Como o serviço do CEMCA atende não apenas a demanda do município de Aracaju, mas também grande parte da população do estado de Sergipe, a formação de filas de espera é inevitável. Para se ter uma noção aproximada da quantidade de pessoas que passam pelo centro médico em busca do aten-

dimento fonoaudiológico, em uma semana são registradas aproximadamente 24 triagens. Em um mês, o número salta para 96 e, ao final de um ano, ultrapassa a casa de mil usuários do SUS que aguardam atendimento fonoaudiológico.

Infográfico: Alex Amorim





Com apenas quatro fonoaudiólogos, o atendimento fonoaudiológico no CEMCA é dividido em triagem e tratamento. Seis vagas para triagem, por fonoaudiólogo, estão disponíveis para os pacientes que se dirigem à unidade pela primeira vez. Nos demais dias da semana é realizado tratamento fonoaudiológico, sempre seguindo as orientações da nova resolução CFFa nº 419/2012, que estabelece até oito atendimentos por profissional para cada seis horas de trabalho. Essa quantidade pode variar em caso de abordagens terapêuticas em grupo fundamentadas de forma técnica sob a completa autonomia do fonoaudiólogo responsável pelos atendimentos com base no mesmo parecer. “É importante frisar que o atendimento em

"Minha formação em saúde coletiva no ISC/UFBA me nutriu com a crença de que saúde não é uma mercadoria, mas um direito do cidadão."

*Arthur Marcelino,
fonoaudiólogo*

grupo jamais é realizado com intuito de atingir metas de produtividade, mas de favorecer o desenvolvimento do paciente”, explica Arthur Marcelino.

Desvio fonético e fonológico e atrasos de linguagem simples e associados são as demandas mais comuns dos usuários da unidade. “A formação de fila

de espera é evidente no serviço. Além da grande quantidade de pessoas, precisamos levar em consideração que alguns pacientes portadores de atraso de linguagem associado a autismo, Síndrome de Down e desordens psiquiátricas, entre outras, necessitam de um atendimento mais longo, aumentando ainda mais o tempo entre a triagem e o atendimento”, lamentou o fonoaudiólogo.

Diante dessa realidade, Marcelino não teve dúvida em orientar a mãe do paciente a buscar apoio na Defensoria Pública. “Minha formação em saúde coletiva no ISC/UFBA me nutriu com a crença de que saúde não é uma mercadoria, mas um direito do cidadão. Acredito que o fonoaudiólogo e os demais profissionais de saúde têm o dever de esclarecer da melhor forma possível seus pacientes sobre o



- 1 Usuário do SUS buscou atendimento fonoaudiológico no Centro de Especialidades Médicas da Criança e do Adolescente (CEMCA) da cidade de Aracaju, capital de Sergipe.
- 2 Paciente fez a triagem e recebeu a informação de que não havia previsão para o início do tratamento. A fila de espera no CEMCA já ultrapassa dois mil nomes.
- 3 Fonoaudiólogo do CEMCA orienta genitora do paciente a buscar seus direitos, previstos nas leis e diretrizes do SUS, na Defensoria Pública ou com o auxílio de advogado particular.
- 4 A função da Defensoria Pública não é julgar, mas defender os direitos da população que não pode pagar pelos serviços de um advogado.
- 5 Depois que o defensor público entendeu que não se tratava apenas de um caso

individual, mas que a demanda de pacientes era grande demais para a quantidade de fonoaudiólogos, o processo foi encaminhado ao Ministério Público (MP), que, na qualidade de defensor da sociedade, entrou com Ação Civil Pública em benefício da coletividade.

- 6 A função do Ministério Público também não é julgar; é fiscalizar o cumprimento das leis e defender a sociedade. Depois de uma audiência pública em que todos os envolvidos na questão foram ouvidos, o Ministério Público entrou com uma ação civil pública. Após a propositura da ação, o juízo decidiu liminarmente – ou seja, como primeiro ato – deferir os pedidos formulados pelo MP, determinando que o município ampare a população. Com a decisão, o município de Aracaju é obrigado a cumprir a liminar, sob pena de multa pecuniária de R\$ 5 mil na hipótese de descumprimento.



atendimento e a busca pelos seus direitos em ter uma assistência à saúde adequada e de qualidade”, argumentou Arthur.

Depois que o processo foi apreciado pela Defensoria, identificou-se que não se tratava de um problema individual, de um único paciente, mas do coletivo. “Um defensor público me ligou e expliquei toda a situação. Mostrei que não deixamos de atender o paciente; apenas não temos condições de suprir toda a demanda”, disse Arthur.

Por não ser específico a um usuário, o processo tomou outro rumo. O Ministério Público, por meio da Promotoria dos Direitos da Saúde, após denúncia e instauração de procedimento administrativo, constatou que o município de Aracaju estava negligenciando o atendimento dos pacientes que necessitavam de acompanhamento fonoaudiológico.

Na audiência realizada em 19 de setembro deste ano, a promotora dos direitos da saúde Euza Maria Missano Costa leu a reclamação da usuária sobre a fila de espera para o tratamento do seu filho. Participaram da reunião representantes da prefeitura ligados ao núcleo jurídico, ao Centro de Reabilitação, ao CAPS Infantil e a Referência à Saúde Mental, além do fonoaudiólogo da unidade, Arthur Marcelino. Depois que os presentes expuseram a situação, a promotora compreendeu que não foi negado atendimento ao paciente pelos profissionais, mas que existia uma sobrecarga no serviço. “Sugeri que houvesse uma maior valorização do profissional fonoaudiólogo nas unidades de saúde, suprimindo-o com condições

adequadas de trabalho, instrumentos e possibilidade de atualização e educação continuada. Além disso, aconselhei que fossem convocados novos fonoaudiólogos para outras unidades de saúde da capital e do interior, sobretudo para o CAPS infantil”, defendeu Arthur.

“O MP/SE moveu Ação Civil Pública pleiteando liminarmente a prestação de assistência integral aos pacientes – crianças e adolescentes – com diagnóstico de autismo, paralisia cerebral, Síndrome de Down, dislexia ou quaisquer outras patologias que importem em comprometimento de linguagem, comunicação oral e distúrbios de motricidade oral, garantido a realização do tratamento com fonoaudiólogo, em reabilitação em comunicação de linguagem”, explicou o vice-presidente jurídico do CREFONO 4, Ricardo Toscano.

A mesma Ação Civil ainda pleiteou que seja ampliado o serviço de Fonoaudiologia do município de Aracaju com a contratação de novos profissionais, para que os pacientes sejam atendidos até 30 dias após a realização da triagem, requerendo, ainda, a lista de espera dos pacientes do CEMCA. O juiz da 18ª Vara Cível da Comarca de Aracaju deferiu a integralidade da liminar pleiteada, determinando que o município cumpra o requerido pelo Ministério Público, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil na hipótese de descumprimento. Até o fechamento desta edição não houve recurso, e o processo continua aguardando resposta do município.

“Sem dúvida alguma considero isso uma conquista. O fonoaudiólogo é um profissional de grande importância na equipe de saúde. O

aumento de fonoaudiólogos no SUS só fortalece a categoria”, comemorou Arthur, que contou com o apoio dos demais profissionais do CEMCA. Momentos e situações como essas ajudam a reforçar a importância não só da Fonoaudiologia, mas de todas as categorias profissionais que trabalham com a reabilitação. “Os pacientes com necessidades especiais precisam da nossa atuação de forma integral e interdisciplinar. Lutemos pela nossa valorização, reconhecimento, respeito e atendimento de qualidade aos beneficiados com o nosso trabalho”, complementou.

“Os pacientes com necessidades especiais precisam da nossa atuação de forma integral e interdisciplinar. Lutemos pela nossa valorização, reconhecimento, respeito e atendimento de qualidade aos beneficiados com o nosso trabalho.”

*Arthur Marcelino,
fonoaudiólogo*

Também não se pode negar a persistência e determinação da genitora desse paciente, que com muita força de vontade batalhou até conseguir o que lhe é de direito. “Nós, fonoaudiólogos do serviço público, temos que incentivar cada dia mais os nossos pacientes a tomar atitudes como esta, trazendo benefícios para os usuários do SUS”, avaliou Arthur.



Outro recurso de que os fonoaudiólogos dos serviços públicos podem dispor são os conselhos municipais e estaduais de saúde. Além de representar a sociedade junto ao Poder Público, pleiteando melhorias no atendimento, os conselhos têm como objetivo fiscalizar os recursos destinados pelo governo à saúde. "Levamos as demandas da sociedade, reclamações e reivindicações da universalidade da assistência no SUS. Lutamos por um sistema de saúde equitativo à população proporcionando melhor qualidade de vida ao usuário do SUS", explicou a fonoaudióloga Ana

Cristina, presidente do CREFONO 4 e representante do órgão no Conselho Municipal de Saúde.

"Fonoaudiologia também ganha na medida em que for reconhecida a necessidade da sua atuação, inclusive estimulando a contratação de novos profissionais."

Arthur Marcelino,
fonoaudiólogo

CREFONO 4

Durante todo esse processo, os fonoaudiólogos do CEMCA foram orientados pelo departamento de Fiscalização e Orientação do CREFONO 4. "O Conselho ofereceu atenção imediata diante da situação. Agradeço a atenção da fiscal Oilda, que me enviou uma série de documentos para meu adequado embasamento. Acredito que o Conselho Regional de Fonoaudiologia tem gradativamente demonstrado maior atenção para os fonoaudiólogos. Estamos no caminho certo", finaliza Arthur.

Bate-bola com Ricardo Toscano

assessor jurídico do CREFONO 4



A atitude do fonoaudiólogo em orientar a usuária do SUS foi a mais correta para aquele momento?

R – Acredito que foi uma ação correta, mas não tenho elementos para saber se a usuária deveria entrar com uma ação individual.

Qual o tempo médio que um processo semelhante a esse, do MP, pode levar até que o município cumpra a decisão do juiz?

R – Uma liminar pode conceder a tutela almejada na sentença logo no início da ação. Porém, em todas as decisões, cabe recurso. Outro ponto em questão é que não há como prever o tempo médio dos processos. Podem ser muito demorados ou rápidos. Depende do promotor, do juiz, da Vara, dos serventuários, do advogado da parte contrária, do presidente do tribunal, das eleições, das greves dos funcionários etc.

O profissional de saúde que trabalha no serviço público pode buscar outros caminhos para denunciar a alta demanda de pacientes e a falta de mão de obra?

R – Acredito que o melhor caminho é o Ministério Público, mas o profissional pode recorrer a outros, como as ouvidorias do próprio órgão, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (para problemas com planos de saúde), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (para questões da estrutura do local de trabalho), dependendo do caso.

Que ganhos a Fonoaudiologia pode ter com esse tipo de processo?

R – Entendo que os ganhos serão maiores para a população, mas a Fonoaudiologia também ganha na medida em que for reconhecida a necessidade da sua atuação, inclusive estimulando a contratação de novos profissionais.



CREFONO 5

AC | AP | AM | DF | GO | PA | RO | RR | TO

Professores, fonoaudiólogos e pais por uma educação de excelência

Encontro entre fonoaudiólogos e legislativo resulta na criação de uma comissão para reivindicar inclusão de profissionais da área nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal



Fonoaudiólogas reivindicam contratação de profissionais da área para escolas públicas e privadas do DF

Deivid Souza,
repórter

A Câmara Legislativa do Distrito Federal realizou no dia 21 de setembro audiência pública para discutir o papel do fonoaudiólogo na educação. Os profissionais da área que atuam no Distrito Fe-

deral (DF) estão pressionando para que a Câmara encaminhe um projeto de lei que garanta a contratação de fonoaudiólogos nas unidades educacionais públicas e privadas. A reunião culminou com um parecer positivo para os fonoaudiólogos, e a mesa que mediu os debates decidiu criar uma comissão para reivin-

dicar do governo local a inclusão desses profissionais nas escolas públicas e privadas do DF.

À frente dos trabalhos de elaboração desse documento estarão representantes do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) e do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 5ª Região (CREFONO 5), da Associação Pro-



fissional dos Fonoaudiólogos do Distrito Federal (APFDF), representantes do Sindicato dos professores de escolas particulares do DF (SINPROEP-DF) e sindicato dos professores do DF (SINPRO-DF), pessoas ligadas às associações de pais e alunos, além de membros das Secretarias de Educação, Saúde e da Vice-Governadoria do DF.

A presidente do CREFONO 5, Silvia Ramos, esteve presente na sessão e destacou a ausência de legislação e de programas com foco em medidas de prevenção para os distúrbios da voz nos professores do DF. “A ausência da capacitação do docente para o uso profissional da voz pode ter como consequência até uma disфония. Na maioria dos casos a disфония é responsável pelo afastamento do trabalho ou desvio de função”, alertou.

O deputado distrital Israel Batista (PEN) que também faz parte dessa comissão, acredita que a falta de fonoaudiólogos nas escolas do DF prejudica o processo de aprendizagem e de comunicação dos alunos. “A Fonoaudiologia é imprescindível para a educação, ainda mais quando 38% dos estudantes universitários são analfabetos funcionais ou quando 74% dos professores da rede pública de ensino do DF apresentam alterações vocais, como rouquidão e cansaço”, disse o parlamentar, referindo-se à pesquisa realizada pela fonoaudióloga Jane Quintanilha, citada por Sílvia Ramos.

A presidente da APFDF, Talita Freitas, entregou um termo de compromisso por uma educação de excelência assinado pelo CFFa, CREFONO 5 e

APFDF para o deputado Israel Batista dar início às atividades que se seguirão após a audiência.

Ainda na audiência, o presidente do Sindicato dos professores de escolas particulares do Distrito Federal (SINPROEP-DF) destacou a desarticulação e a falta de priorização do Governo do Distrito Federal (GDF) em relação aos profissionais fonoaudiólogos.

EXPERIÊNCIAS

A presidente da Associação de Mães e Amigos da Mente do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica (COMPP), Fátima Celeste, contou sua experiência com o filho, portador do transtorno global do desenvolvimento (TGD). Essa associação foi criada para auxiliar os pais e pacientes que buscam atendimento no COMPP.

Ela contou que até os quatro anos o garoto não falava, e os professores confundiam isso com timidez. “Foi graças a uma fonoaudióloga que o problema foi diagnosticado, e hoje meu filho tem uma boa interação com as pessoas”, recorda. Para ela, muitas crianças chegam a sair da escola em decorrência de problemas como os enfrentados por seu filho. “Tudo isso poderia ser evitado se houvesse profissionais da Fonoaudiologia na escola”, defende.

A presidente do Movimento em Defesa das Pessoas com Distúrbios do Processamento Auditivo Central também relata situações desagradáveis enfrentadas por seu filho na sala de aula. “Meu filho, assim como centenas de outras crianças, enfrentou sérios problemas de alfabetização e

de relacionamento na escola, porque ninguém identificava que ele tinha dificuldade no processamento auditivo”, relatou.

AVALIAÇÃO

Para o conselheiro Rodrigo Dornelas, o trabalho do fonoaudiólogo nas unidades educacionais é muito importante e os resultados desta audiência já são positivos pela visibilidade que proporcionou ao trabalho do fonoaudiólogo escolar aqui no Distrito Federal, desta forma serviria de argumento para que outros estados adotassem a mesma medida de reivindicação: audiência pública. “Acredito que, independente da localidade em que as ações e estratégias adotadas para contemplar a sociedade no que diz respeito ao serviço fonoaudiológico sejam acatadas, será muito bem-vista e servirá como referência em todo o Brasil. Porém, como Brasília é a capital do país, essa ação ganha visibilidade política maior”.

Após a audiência surgiu uma perspectiva positiva a respeito da proposta. “A expectativa é grande; mas, ainda não obtivemos o resultado esperado. Na audiência pública, o assessor do vice-governador afirmou que chamaria todos os concursados nos concursos vigentes (Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação do Distrito Federal) e abriria outro concurso, pois, segundo o GDF, o quantitativo de fonoaudiólogos na rede é ínfimo e, mesmo nomeando todos os aprovados, ainda necessitaria de mais profissionais na rede pública”, expôs.



CREFONO 5

AC | AP | AM | DF | GO | PA | RO | RR | TO

Perfil do fonoaudiólogo na 5ª região

Deivid Souza,
repórter

O Conselho Regional de Fonoaudiologia da 5ª Região (CREFONO 5), por meio da empresa Conexão Consultoria Política, realizou uma pesquisa de opinião direcionada aos fonoaudiólogos que atuam no Distrito Federal e em mais oito estados da federação: Acre, Amazonas, Amapá, Goiás, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O levantamento teve como intuito a construção de um trabalho integrado e contextualizado entre o conselho e os profissionais fonoaudiólogos de sua região. Dados como faixa etária, mercado de trabalho, formação profissional, a percepção dos profissionais em relação ao papel do conselho e como atuam ou participam das ações propostas pela entidade foram levantados na pesquisa.

Os resultados apurados possibilitaram orientar o planejamento das

ações do CREFONO 5 relativas à inserção de profissionais nas políticas públicas de saúde e educação e ampliar a integração do órgão com os profissionais que já atuam na área. A pesquisa buscou ainda obter a visão dos profissionais sobre o trabalho realizado pelo CREFONO 5 e demais entidades representativas da classe.

MÉTODO

A pesquisa foi por amostragem, com o objetivo de contemplar 10% da categoria. Os formulários ficaram disponíveis na internet, no site do conselho entre 20 de fevereiro e 3 de abril de 2011. No período mencionado, confirmaram-se 419 respostas válidas, equivalentes ao percentual de 12,65% dos profissionais, tendo como base o total de 3.313

fonoaudiólogos registrados no conselho na época em que se realizou a pesquisa.

Cada um dos estados e o Distrito Federal alcançaram a meta individual de no mínimo 10%, objetivo inicial da pesquisa, permitindo, assim, uma aná-

<http://www.sxc.hu>

lise confiável da pesquisa segundo métodos estatísticos.

INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Uma das constatações foi em relação à faixa etária. Verificou-se que o perfil do fonoaudiólogo da 5ª região é jovem: mais de 45% têm entre 20 e 30 anos de idade.

A pesquisa mostra ainda que a maioria dos profissionais está satisfeita com a profissão. O somatório das opções "muito satisfeito" e "satisfeito" indica que 59,42% dos profissionais se sentem realizados. Os estados de Roraima (80%), Tocantins (72,4%) e Rondônia (68,6%) registraram os maiores índices de satisfação com a atividade.

Em relação ao mercado de trabalho, concluiu-se que a maioria dos profissionais atua no setor privado (54,42%), e um dos aspectos apontados neste setor é a qualidade do ambiente de trabalho. Porém, muitos dos incentivos relevantes para o setor privado se igualam aos encontrados no setor público, como os relacionados à remuneração.

REFONO 5

Com relação à interação dos fonoaudiólogos da 5ª região com o REFONO 5 e demais entidades representativas da classe, os dados da pesquisa

revelam que mais de 50% dos profissionais indicaram que as ações desenvolvidas pelo conselho são classificadas como "boa" ou "muito boas". Os estados em que a entidade foi mais bem avaliada foram Pará (60%), Roraima (60%) e Tocantins (51,7%).

Outro ponto importante são os meios utilizados pelos profissionais para acompanhar as ações das entidades representativas de classe. A maioria afirma acompanhar via internet, representando quase a metade das respostas obtidas (42%) em todas as alternativas.

Quanto a informações relativas à formação acadêmica dos profissionais, os fonoaudiólogos com nível de graduação representam 33,41% dos participantes da pesquisa, enquanto os que têm a titulação de especialista somam 55,37%, a de mestre, 10,50% e a de doutor, 0,72%.

A intenção do conselho em ouvir os profissionais teve como propósito a aproximação da entidade com os fonoaudiólogos e conhecer quem são, para que assim pudesse nortear suas ações contextualizadamente de acordo com o perfil levantado:

"É importante a atuação de classes representativas e do conselho para a divulgação da Fonoaudiologia em todos os setores de saúde e educação, porque ainda se vê o fonoaudiólogo como um profissional sem necessidade para estes setores."

"Acredito que essa pesquisa é de grande relevância para a melhoria de nosso conselho e conseqüentemente para uma melhor atuação e conhecimento sobre a realidade empregatícia de seus fonoaudiólogos."

"É importante a atuação de classes representativas e do conselho para a divulgação da Fonoaudiologia em todos os setores de saúde e educação."

"Agradeço ao REFONO 5 por estar preocupado com a opinião e a participação de seus profissionais em busca de melhorias à classe."

PRÓXIMOS PASSOS

Além das relevantes informações compartilhadas neste espaço, um número considerável de dados foi disponibilizado pela pesquisa em relação a outros aspectos dos fonoaudiólogos do REFONO 5 e outras organizações da classe. Conhecer melhor os profissionais da categoria possibilitou à entidade entender melhor as suas necessidades. Este trabalho foi importante para que as ações traçadas pelo conselho atendam melhor as necessidades dos fonoaudiólogos. Com isso, foram elaborados diagnósticos e planos de ação, que contêm informações capazes de subsidiar a atuação do REFONO 5 junto aos profissionais em ações estratégicas futuras.

Mesmo que o fonoaudiólogo não tenha participado desta pesquisa, ele pode interagir diretamente com o REFONO 5, posicionando-se com críticas e sugestões por e-mails ou por telefone.



Autonomia profissional, até onde ir?

Isadora Dantas,
assessora de comunicação

Duas recentes resoluções publicadas pelo CFFa discorrem sobre a autonomia profissional, assunto que gera bastante dúvida por parte dos fonoaudiólogos no setor de Orientação e Fiscalização do CREFONO 6 e que sempre é alvo de muitos questionamentos em eventos realizados na 6ª região. Até onde o fonoaudiólogo pode ir? Pode indicar exames? Pode realizá-los? Para as duas últimas perguntas a resposta é: sim.

Embora a autonomia profissional esteja garantida em lei, a questão é reforçada por resolução do CFFa desde o início dos anos 2000, como é o caso da de número 246. As recém-publicadas, de número 400 e 414, reforçam as anteriores e esclarecem a conduta pro-

fissional diante da ingerência de outras profissões na atuação fonoaudiológica.

De acordo com o setor de Orientação e Fiscalização, as principais dúvidas orientadas pelo setor referem-se a procedimentos de disfagia e realização de exames, como o caso da espirometria. Sobre o exame que verifica a capacidade pulmonar do paciente, o CFFa, por meio do Parecer nº 33, de 2009, esclarece que a realização de tal exame para fins ocupacionais está vetada ao fonoaudiólogo, embora ele possa realizá-lo se julgar necessário em sua terapia. Sobre disfagia, o setor de Orientação e Fiscalização salienta que o fonoaudiólogo não está habilitado a indicar a via alternativa de alimentação, apenas contribuir junto à equipe na discussão do caso. Quanto a classificar o risco de alimentação por via oral, o profissional está habilitado legalmente para tal conforme resolução CFFa nº 356, de 2008.

O fonoaudiólogo está capacitado legalmente, desde que inscrito em sua jurisdição de atuação, a solicitar a qualquer profissional da área da saúde os exames necessários para avaliação e diagnóstico de pacientes e que possam contribuir para o melhor desempenho de suas funções. É o que define a Resolução CFFa nº 246, de 2000.

Não apenas de normativas técnicas ou diretamente relacionadas ou não à competência do fonoaudiólogo dispõem as resoluções do CFFa. A de número 400, por exemplo, resolve sobre a ingerência técnica de outras áreas da saúde sobre os fonoaudiólogos. O profissional tem plena autonomia para exercer seu ofício conforme a Constituição Federal. As resoluções citadas na matéria estão disponíveis no site do CFFa, www.fonoaudiologia.org.br.

Compete ao fonoaudiólogo	Não compete ao fonoaudiólogo
<i>Solicitar exames para fins de diagnóstico, terapia ou avaliação do paciente.</i>	<i>Realizar exames que não são de sua competência técnica, tal como espirometria para fins ocupacionais.</i>
<i>Realizar exames que julgar ser de sua competência técnica.</i>	<i>Realizar atendimento clínico no ambiente escolar.</i>
<i>Exercer sua profissão sem sofrer ingerência técnica ou administrativa de outras profissões.</i>	<i>Indicar a via alternativa de alimentação a ser utilizada pelo paciente.</i>
<i>Suspender ou liberar alimentação por via oral.</i>	<i>Prescrever dieta nutricional.</i>
<i>Realizar espirometria para fins terapêuticos.</i>	<i>Fechar o diagnóstico de dislexia apenas com base na avaliação fonoaudiológica.</i>



Força profissional

Isadora Dantas,
assessora de comunicação

Conselhos regionais e federal, sindicatos, associações e sociedades: cada entidade de classe tem função e objetivo específicos. Ao longo dos quase três anos de gestão do 5º Colegiado do CREFONO 6, observou-se que muitos profissionais ainda têm dúvidas quando o assunto é a qual entidade filiar-se ou a qual delas reportar questionamentos, dúvidas ou reclamações.

A principal atividade dos conselhos de classe é a fiscalização e orientação profissional, o que respalda legalmente, no caso, o fonoaudiólogo e protege a população dos riscos da atividade profissional ilegal. O CREFONO 6, além de orientar e fiscalizar, também tem lutado pela divulgação da Fonoaudiologia, difundindo conhecimento à população. Graziela Zanoni (CRFa 6-1287), presidente da 6ª região, esclarece que a conduta ética de um profissional é avaliada pelo conselho e que nenhum outro órgão tem respaldo legal para determinar quais são os direitos, deveres ou atribuições do fonoaudiólogo. “O conselho não tem respaldo legal para agir em questões trabalhistas, ficando a cargo dos sindicatos. Já as sociedades e associações têm como finalidade a elaboração de estudos científicos, a organização de congressos ou grupos de estudos temáticos. O conselho normatiza a atuação profissional com base nestes estudos”, esclarece Graziela.



all-free-download.com/

A presidente do CREFONO 6 acredita que, embora as entidades tenham papéis distintos, a união da classe é fundamental para o crescimento profissional. De acordo com Graziela, assim como qualquer conselho de classe, o CREFONO 6 é uma autarquia federal especial, ou seja, auxilia na administração pública, tendo uma série de restrições para seus gastos e atividades. “É importante que o fonoaudiólogo compreenda que um órgão não pode se sobrepor à atividade do outro, uma vez que suas funções são definidas de forma clara em lei. No caso de não existirem sindicatos em determinados estados, o profissional deve recorrer ao Ministério do Trabalho para solucionar questões trabalhistas”, afirma Graziela.

Minas Gerais é o único estado da 6ª região que possui um sindicato de fonoaudiólogos, o Sindicato dos Fonoaudiólogos de Minas Gerais (Sinfemg). Existente há 11 anos, o Sinfemg, assim como qualquer outro sindicato, defende melhores condições de trabalho para os profissionais, além de lutar por salários mais competitivos, negociar e assinar acordos coletivos, oferecer assessoria jurídica e contábil e representar seus filiados politicamente.

Pelas leis brasileiras, a contribuição compulsória, aquela descontada anualmente no salário do trabalhador ou paga pelo autônomo, é obrigatória. Já a filiação em sindicatos, não, ficando à escolha do profissional. No entanto, a união da classe é fun-



damental para o reconhecimento do sindicato nas negociações trabalhistas, é o que afirmam os fonoaudiólogos representantes do Sinfemg Juliana Preisser (CRFa 6-4493), Sérgio Teixeira (CRFa 6-1289) e Renata Maia (CRFa 6-3913).

Sobre a baixa filiação, que é de apenas 1% dos 4.064 profissionais inscritos em Minas Gerais no CREFONO 6, os representantes do Sinfemg esclarecem que as decisões tomadas em assembleias valem para toda a classe e são votadas apenas pelos filiados ao sindicato, ou seja, as decisões em prol da categoria são tomadas por uma parcela muito irrisória de profissionais. “A filia-

ção não é obrigatória, entretanto, para que o sindicato desempenhe o seu papel de maneira adequada, é necessário que os profissionais se filiem, mantendo-se em dia com as contribuições, mas principalmente participem juntamente com o sindicato das assembleias, reuniões e ações, dando condições para que ele exerça seu papel e tenha força nas representações”, afirma Juliana.

A 6ª região conta ainda com as Associações dos Fonoaudiólogos do Mato Grosso do Sul e de Sete Lagoas/MG, entidades que também dão apoio aos profissionais e lutam pela classe no âmbito científico. No Bra-

sil, a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa) responde pelas questões em todo o território nacional, sendo dividida em diversos departamentos e comitês para contemplar todas as áreas da Fonoaudiologia. “Nossa região é demograficamente muito extensa, o que dificulta o convívio do conselho diariamente com os profissionais. É importante que os fonoaudiólogos unam-se e participem das instituições representativas para que a classe ganhe força. Só assim conseguiremos uma representatividade satisfatória e conquistaremos os desejos almejados”, finaliza Graziela Zanoni.

A realidade da Fonoaudiologia nos planos de saúde



Isadora Dantas,
assessora de comunicação

A inserção da Fonoaudiologia nos planos de saúde pode ser considerada um ganho para todos os fonoaudiólogos e para a população. No entanto, as baixas remunerações e as burocratizações enfrentadas pelos profissionais são questões importantes e que precisam ser analisadas com mais atenção.

A fonoaudióloga Flávia Fiorini (CRFa 6-1220), membro do departamento de



Fonoaudiologia da Sociedade Mineira de Terapia Intensiva (Somiti), conversou com a Revista Comunicar sobre o tema. Flávia ressalta a autonomia profissional que por vezes não é respeitada em razão da burocratização de exames, o que acaba por onerar o plano de saúde e por estender o tempo de tratamento do paciente que precisa esperar por autorizações e consultas.

1) Como é o credenciamento do fonoaudiólogo nos planos de saúde?

Pode ocorrer de duas formas: a) o fonoaudiólogo procura o convênio e manifesta seu interesse em se credenciar para prestar atendimento aos clientes daquele plano específico; b) o plano de saúde procura o profissional, a partir de uma indicação, para oferecer o credenciamento. Nos hospitais o credenciamento acontece diretamente com a instituição. Há planos que cobrem a fonoterapia hospitalar; outros, não.

2) A remuneração está dentro do aconselhado pelos sindicatos?

Geralmente a remuneração é muito aquém dos valores sugeridos na tabela de honorários do Sinfemg, por exemplo, sendo que há uma variação enorme de um plano para o outro.

3) Há restrição no número de sessões?

Pela Resolução Normativa nº 211/2010, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabeleceu cobertura obrigatória de 24 consultas/sessões de Fonoaudiologia por ano, mas alguns planos de saúde adotam o critério de não limitar esse número e oferecem cobertura ilimitada.

"Geralmente a remuneração dos fonoaudiólogos é muito aquém dos valores sugeridos na tabela de honorários do Sinfemg."

*Flávia Fiorini,
fonoaudióloga*

4) Como é feito o encaminhamento para o fonoaudiólogo?

Normalmente o paciente é encaminhado pelo médico ou dentista, mas com o maior conhecimento da população no que se refere ao atendimento fonoaudiológico, muitos pacientes procuram o profissional espontaneamente, quando julgam que precisam de tratamento. No hospital, é praxe o fonoaudiólogo aguardar o pedido de interconsulta feito pelo médico, para depois fazer sua avaliação e definir a conduta.

5) O fonoaudiólogo tem autonomia para pedir exames ou sua decisão precisa passar pelo médico?

Bem, seguindo a Resolução nº 246/2000 do CFFa, o fonoaudiólogo pode solicitar exames e avaliações complementares necessários ao bom desenvolvimento do seu trabalho e que auxiliem no diagnóstico a quaisquer profissionais da área da saúde. No entanto, alguns planos de saúde exigem que o pedido de exame seja preenchido por um médico. Sendo assim, quando o fonoaudiólogo julga necessária a realização de algum exame complementar à avaliação fono-

audiológica clínica, ele entra em contato ou encaminha o paciente a um médico que proceda à expedição do pedido de exame. E isto acaba gerando uma consulta médica muitas vezes desnecessária, onerando ainda mais o plano de saúde.

6) No atendimento hospitalar em que o fonoaudiólogo realiza procedimentos específicos, a autonomia do profissional é respeitada ou é burocratizada pela autorização médica?

Isto poderá variar de hospital para hospital, de acordo com o conhecimento das equipes médicas em relação ao nosso trabalho e também com a interação do fonoaudiólogo com estas equipes. Quando ele está de fato inserido na equipe multiprofissional, a tendência é que os demais profissionais respeitem sua autonomia e acatem sugestões, inclusive sobre a realização de exames específicos que poderão contribuir para o diagnóstico do paciente e a tomada de decisões em equipe. Esta burocratização pode ocorrer na esfera dos planos de saúde, que muitas vezes não autorizam determinados exames ou procedimentos fonoaudiológicos, já que, via de regra, os auditores não são fonoaudiólogos, de modo que os critérios de regulação não são estabelecidos adequadamente. Cabe a nós esclarecer não só os profissionais da equipe sobre a importância da realização de tais procedimentos ou exames, mas também os auditores dos planos de saúde para que não haja nenhum entrave burocrático que impeça o paciente de realizá-los.



Campanha do fonoaudiólogos no

Ações de promoção de qualidade de vida e envelhecimento saudável foram realizadas em várias cidades do estado



Com a contratação de novos profissionais, unidade de saúde espera diminuir fila de espera, que hoje passa de duas mil pessoas

Miriam Teresinha Pinheiro da Silva,
CRFa 7-6037

As atividades programadas para a 1ª Campanha Nacional do Idoso no Rio Grande do Sul contaram com o apoio da Rede Fono e IES dos cursos de Fonoaudiologia para a realização de quatro ações pontuais durante a semana de 5 a 10 de outubro.

No município de Caxias do Sul, na serra gaúcha, em parceria com a Faculdade Fátima, aconteceu o colóquio Compartilhando Vivências para o Envelhecimento Ativo, que buscou, por meio de palestras interdisciplinares envolvendo fonoaudiólogos, fisioterapeutas e farmacêuticos, oferecer subsídios e proporcionar novas perspectivas quanto ao processo de envelhecimento com qualidade de vida.

A fonoaudióloga Deise Mattos abordou o tema apresentando uma



Idoso mobiliza Rio Grande do Sul

perspectiva contemporânea da atuação do fonoaudiólogo no atendimento ao idoso com dados atualizados e que vislumbram a realidade social, a atuação do profissional e a importância da especialização na área do envelhecimento.

Também preocupada em ofertar uma melhor qualidade de vida na terceira idade, a fisioterapeuta Angélica de Conti fez uma abordagem mais voltada aos cuidados que devem ser dispensados, principalmente, quanto à postura do fonoaudiólogo no trato com o idoso.

Por sua vez, a fonoaudióloga Roberta Ceron tratou das dificuldades da deglutição e das experiências que vem desenvolvendo na área hospitalar. Já a farmacêutica Roberta Pagno fez uma explanação mais técnica quanto ao uso de medicamentos pelo fonoaudiólogo no tratamento de distúrbios de memória, metabolismo e deglutição.

Em Porto Alegre, a campanha contou com o envolvimento e a parceria da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

Na avaliação da fonoaudióloga Lígia Galvani, a iniciativa do Conselho Regional da 7ª região e da Faculdade Fátima serviu para alertar não só os profissionais da área da saúde, mas também órgãos públicos, gestores e a população em geral, quanto à importância de se dar uma atenção maior à prevenção voltada ao envelhecimento ativo.

Em Porto Alegre, a campanha contou ainda com o envolvimento e a parceria da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), que no campus da Pontifícia Universidade Católica (PUC) realizou duas

atividades. O evento Musicalidade é um encontro que reúne idosos de todo o estado e corais com idade acima de 65 anos. Na ocasião, a fonoaudióloga Miriam Teresinha Pinheiro da Silva, em um bate-papo informal, teve a oportunidade de destacar as contribuições que a Fonoaudiologia proporciona para um envelhecimento ativo e saudável. O trabalho, porém, não se limitou aos integrantes da terceira idade. A fonoaudióloga Rochele Paz teve a oportunidade de ministrar uma aula no Instituto de Geriatria da PUC sobre linguagem e cognição para os médicos, quando esclareceu sobre a atuação do fonoaudiólogo na área do envelhecimento.

Ao longo da semana foram realizadas também oficinas de voz para envelhecimento ativo, atividades que contaram com a participação dos técnicos das secretarias municipais de saúde e do idoso.



O fonoaudiólogo perito criminal

Márcio Opliger Pinto,
CRFa 7-5800

É muito comum nos perguntarem nossa profissão, normalmente quando estamos fornecendo dados pessoais para preenchimento de cadastros. Nos últimos anos, quando sou confrontado com tal questionamento, passo sempre por uns instantes de dúvida. Devo responder: “perito criminal” ou “fonoaudiólogo”?

A dúvida se apresenta em razão da minha trajetória profissional. Sou graduado em Fonoaudiologia pelo Instituto Metodista de Educação e Cultura (antigo IMEC, hoje Centro Universitário Metodista IPA), na primeira turma do curso, em 1994. Essa foi a minha segunda experiência em curso de graduação, a qual

dei início após quatro anos (de 1987 a 1990) estudando Ciências da Computação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No entanto, esse curso foi interrompido antes do término, pois constatei que a minha aptidão para lidar com seres humanos era muito mais natural do que minha relação com as “máquinas”, apesar da minha grande facilidade nas ciências exatas (o que me levou originalmente à Computação e que hoje facilita meu trabalho na Perícia, que apresentarei a seguir).

Concluída a graduação, passei imediatamente à

Hoje, somos mais de dez fonoaudiólogos peritos criminais no país, e a Região Sul tem a maior parcela desse total.



Em 2003, após ser aprovado em concurso público, iniciei meu curso de formação na Perícia (800 horas de julho a dezembro) e, em janeiro de 2004, tomei posse como o primeiro fonoaudiólogo perito criminal do Brasil. Em junho de 2005, foram empossadas duas fonoaudiólogas (as peritas criminais Aline Costa Porto e Cintia Schivinski Gonçalves), que foram aprovadas no mesmo concurso que eu e aguardavam, em reserva técnica, o chamado. Hoje, somos mais de dez fonoaudiólogos peritos criminais no país, e a Região Sul tem a maior parcela desse total.

Meu local de trabalho é o Departamento de Criminalística (DC) do Instituto Geral de Perícias, órgão autônomo da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (composta ainda pela Brigada Militar, Polícia Civil e Susepe), diferentemente de alguns outros estados do Brasil, onde a perícia é realizada por órgãos de polícia técnico-científica. No DC, estou lotado na Seção de Perícias em Áudio e Imagens, onde nós três fonoaudiólogos trabalhamos, além de um perito engenheiro mecânico com doutorado em Processamento Digital de Sinais, que dá conta, principalmente, das perícias em imagens.

Apesar de nossa realidade não chegar nem perto do que fazem os peritos em ficção de cinema ou TV, uma vez que não investigamos suspeitos, não andamos armados, não prendemos bandidos e muito menos fazemos aqueles truques milagrosos apresentados nos filmes, o trabalho do perito criminal é instigante e muito interessante, principalmente no que diz respeito à sua relação com a ciência, o que traz certo charme à função.

A formação em Fonoaudiologia contribui para a atividade pericial, mas não é suficiente, sendo necessária uma formação complementar para a atuação como Perito Criminal.

O exame pericial que mais abarca os conhecimentos da Fonoaudiologia é a Verificação de Locutor, em que buscamos determinar a autoria da fala registrada em alguma mídia. Esse exame é realizado a partir da comparação da fala de um suspeito, usualmente gravado por nós em um procedimento a que chamamos de Coleta de Padrão de Voz, com a fala presente em uma gravação objeto do Inquérito (fase policial) ou do Processo (fase judicial).

A formação de fonoaudiólogo permite uma análise dos aspectos vocais e de fala. A Verificação de Locutor, porém, requer conhecimentos de campos da Linguística, como Fonética Acústica, Fonética Articulatória e Sociolinguística, além de conhecimentos em Física Acústica, Processamento Digital de Sinais e Informática. Fica evidente, assim, que a formação em Fonoaudiologia contribui para a atividade pericial, mas não é suficiente, sendo necessária uma formação complementar para a atuação como Perito Criminal.

prática clínica, inicialmente em consultório e, logo em seguida, em clínica multiprofissional, onde permaneci por oito anos. O local, Instituto Pestalozzi, em Canoas, proporcionou-me vasta experiência clínica, valiosa vivência transdisciplinar e me deu a oportunidade de supervisionar alunos em estágios de prática clínica.



Uso fonoaudiológico da eletroterapia transcutânea



Trabalhos científicos mostram que a eletroestimulação pode ter excelentes resultados em relação ao tratamento da disfonia

Adriana Saboya,
assessora de imprensa

A eletroterapia transcutânea (TENS) vem sendo aplicada em vários tipos de tratamento de saúde e consiste no uso de correntes elétricas dentro da terapêutica. Na forma transcutânea, os eletrodos são aplicados diretamente sobre a pele e o organismo será o condutor. Nos últimos anos houve grande evolução no conhecimento dos efeitos fisiológicos de correntes terapêuticas.

Em geral, a finalidade da TENS é gerar analgesia. Outras formas de chegar ao mesmo efeito são a eletroestimulação funcional (FES) e a eletroestimulação neuromuscular (EENM). Todas são de baixa frequência e têm um objetivo comum: produzir efeitos no tecido tratado, obtidos por meio de reações físicas, biológicas e fisiológicas do tecido.

As correntes podem atuar em diferentes condições e promover analgesia, contrações musculares, melhoria do fluxo circulatório local, drenagem

de líquidos, tonificação ou relaxamento muscular, bem como incentivar a regeneração e a cicatrização de diversos tecidos corporais.

Para o fonoaudiólogo Bruno Guimarães, um dos pioneiros na utilização da eletroestimulação no Brasil, a fonoaudiologia é uma ciência que estuda tanto aspectos orgânicos quanto funcionais e, por isso, cada vez mais, busca o uso de técnicas existentes em outras áreas. Ele explica que outros campos do conhecimento já desenvolvem estudos de mais de 60 anos de prática e comprovação bibliográfica. Essas pesquisas mostram a importância desse recurso para aliviar tensões e dores, facilitar os movimentos articulares e a contração muscular, melhorar o condicionamento muscular, favorecer a drenagem linfática na estética, entre outros.

Bruno Guimarães lembra que, como em toda terapia, o uso da TENS também tem prós e contras. "Existem pacientes que podem ou não ser estimulados. É assim na fisioterapia, na odontologia, na terapia ocupacional, na educação física, na medicina", explica o fonoaudiólogo. Ele acredita



lógico da transcutânea

que não deveria haver tanta polêmica em torno do uso dessa técnica nas clínicas fonoaudiológicas relacionadas com disfagia, disfonia, motricidade oral e disfunções temporomandibulares (DTM).

“Já existe bibliografia aqui, no Brasil, bem como nos Estados Unidos, na Europa e Ásia, mostrando que a eletroterapia contribui bastante dentro das clínicas de disfonia, disfagia e motricidade orofacial (MO). É importante que as universidades passem a incentivar seus professores e alunos a conhecer a eletroestimulação”, afirma Bruno.

Os conselhos regionais e o conselho federal, juntamente com algumas entidades da fonoaudiologia e universidades, estão estudando e debatendo o uso da eletroestimulação. Além disso, há um grande número de profissionais espalhados pelo Brasil que já empregam a eletroestimulação como uma técnica coadjuvante na terapêutica fonoaudiológica.

Recentemente o Conselho Federal de Fonoaudiologia, por meio da Portaria nº 35/2012, deu parecer favorável ao uso dessa técnica, desde que haja a devida preparação por parte dos fonoaudiólogos.

Alguns trabalhos científicos mostram que a eletroestimulação pode ter excelentes resultados em relação ao tratamento da disfonia. Tradicionalmente são utilizadas técnicas de relaxamento cervical e laríngeo, buscando-se o equilíbrio da musculatura da laringe no fechamento glótico. Vários autores recomendam que o relaxamento laríngeo seja priorizado nos casos de disfonia por tensão muscular. Nesse contexto, a estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), além da analgesia, promove melhora da vascularização na região da aplicação e auxílio no relaxamento muscular, podendo ser utilizada no tratamento da disfonia por tensão muscular.

Relacionando a eletroestimulação ao tratamento da disfagia, os resultados apresentados pela bibliografia internacional demonstram se tratar de uma técnica que apresenta vantagens e desvantagens, como qualquer uma das conhecidas até hoje e usadas largamente pelos fonoaudiólogos.

Bruno Guimarães afirma que “usar eletroestimulação requer habilidades e conhecimentos tais como: princípios da eletrofisiologia; parâmetros como

Alguns trabalhos científicos mostram que a eletroestimulação pode ter excelentes resultados em relação ao tratamento da disfonia.

pulso de frequência, duração de pulso, amplitude, ciclos e rampas; saber alterar um parâmetro capaz de afetar o resultado do cliente; avaliar e gerir disfagia e disfonia, DTM, PF; os padrões de recuperação neuronais; compreender a fisiopatologia completa do cliente; diagnosticar com precisão problemas como sincinesias, espasmo e hipertonia; identificar contraindicações para o uso e monitorar resultados adversos”.

Como toda técnica “nova”, a eletroterapia transcutânea precisa ser mais estudada e testada para que seu uso seja feito em conformidade com cada paciente.

Importância da convenção coletiva sindical para os profissionais

Adriana Saboya,
assessora de imprensa

A convenção coletiva de trabalho (CCT) é um ato jurídico pactuado entre sindicatos de empregados e de empregadores para o estabelecimento de regras nas relações de trabalho em todo o âmbito das respectivas categorias econômicas e profissionais. Diferentemente dos acordos coletivos, os efeitos das convenções não se limitam apenas às empresas acordantes e seus empregados, mas sim a toda categoria.

Uma convenção coletiva de trabalho determina obrigações e direitos para as partes, que devem ser respeitadas durante sua vigência. Suas cláusulas não podem ferir direitos previstos na legislação, sob pena de nulidade.

O documento é fruto de negociações entre as comissões das respectivas partes. Tais comissões são escolhidas em assembleias convocadas para esta finalidade e têm o poder de negociação outorgado. Esse processo é chamado de negociação coletiva.

Segundo a legislação trabalhista brasileira, data base é aquela na qual os sindicatos representantes das res-

pectivas categorias devem, por meio de negociação ou ajuizamento de ação coletiva, requerer, rever, modificar ou extinguir normas contidas nos instrumentos normativos de sua categoria. É o mês durante o qual se discute reajuste salarial, por exemplo.

De acordo com a presidente do Sindicato dos Fonoaudiólogos do Ceará (Sindfono), Danielle Levy, é importante que os profissionais se organizem em entidades sindicais para garantir a defesa e manutenção de seus direitos. “Somente com organização sindical e muita negociação é que vamos conseguir cada vez mais benefícios para os fonoaudiólogos que atuam tanto nas empresas privadas quanto no serviço público”, afirmou Danielle.

O primeiro passo para negociar as reivindicações da categoria ocorre quando um dos sindicatos, geralmente o de trabalhadores, envia as reivindicações para a outra parte, contendo todas as exigências dos profissionais, previamente discutidas e aprovadas em assembleia. Tudo o que diz respeito à relação de emprego das partes representadas pode ser inserido na CCT, desde que dentro do limite legal.

Entre os itens que constam na convenção, estão remuneração, reajustes,

plano salarial, gratificações e valor de horas extras. Também constam da CCT as cláusulas sociais, aquelas que não geram um desembolso imediato por parte dos empregadores, tais como: garantia de emprego por determinado período, seguro de vida, abono de faltas ao estudante, condições de segurança e higiene no trabalho.

Contudo, nem sempre a convenção é utilizada pelos contratantes. É o que acontece no serviço público, por exemplo. Danielle Levy lembra que os itens do documento servem apenas de base para o poder público nortear as faixas salariais. Isso ocorre porque estados, prefeituras e órgãos da administração federal se regem por leis específicas, normalmente com planos de cargos, carreiras e salários. “Nesse caso, a nossa luta tem sido para que os órgãos públicos realizem concursos e abram novas vagas com salários cada vez mais próximos daquilo que é sugerido pelos sindicatos, em função das horas trabalhadas”, garante a presidente.

De acordo com o artigo 614 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a CCT, devidamente assinada, terá que ser registrada no site do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) pelo Sistema Mediador das Relações



Organização fonoaudiólogos

all-free-download.com

de Trabalho. Porém, sua eficácia depende do registro no MTE, vez que tal exigência possui fins meramente cadastrais e de publicidade. A vigência da CCT começa com sua assinatura pelas partes envolvidas; no caso, os sindicatos das categorias.

Danielle Levy observa que é fundamental que, na hora de rescindir um contrato de trabalho, o profissional preste bastante atenção nas cláusulas e no local onde isso vai ser feito. Para a presidente, "é muito importante que o profissional exija que

seu acordo seja feito no sindicato de sua categoria, ou seja, o sindicato dos fonoaudiólogos e não em outras entidades propostas pelos empregadores". Danielle diz que isso pode acontecer no caso de não haver sindicato em um dado estado.

SEJA UM REPRESENTANTE BERNAFON!

ChannelFree™
Um Passo à Frente dos Canais.

Bluetooth

SWISS

ChannelFree™

Processamento por canal

ChannelFree™

Com mais de 60 anos de atuação mundial e 40 anos no Brasil, a Bernafon oferece o que há de melhor em tecnologia, precisão e qualidade a você, **profissional de audiolgia, e principalmente ao usuário final.** Nossos produtos possuem toda a qualidade de uma marca suíça e tem por objetivo solucionar qualquer necessidade auditiva, pois a Bernafon trabalha em função de uma vida repleta de sons e agora livre de canais.

Seja você também um Representante Bernafon e ofereça a seus pacientes essa sensação.

ESTOQUE RENOVADO: 36X SEM ENTRADA, COM 1º PAGAMENTO SÓ EM 60 DIAS E VOCÊ AINDA APROVEITA PARA ESCUTAR UM PRECINHO BEM BOM.

Audiômetro A260 + MALETA E SOFTWARE

**MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO:
PRODUTO IMPORTADO
POR PREÇO NACIONAL**



- Audiometria Tonal por vias Aérea e Óssea
- Audiometria Vocal
- Mascaramento
- Processamento Auditivo Central
- Totalmente leve e portátil

PRONTA-ENTREGA

**ALTA
DURABILIDADE.**

**PRODUZIDO NA
INGLATERRA**

**A Triagem
Auditiva Neonatal
mais moderna
e simples.**

**PRODUZIDO NA
DINAMARCA**

otometrics

Otoemissões

LANÇAMENTO



- Visor Touchscreen
- Menu totalmente em português
- Navegação e inserção de dados fácil e intuitiva
- Testes e apresentação de resultados detalhados
- Memória interna de 500 exames
- Upload de lista de pacientes
- Download de dados do paciente
- Bateria recarregável

PRONTA-ENTREGA

**De uso fixo
ou portátil.**

**PRODUZIDO NA
DINAMARCA**

AT235 – Imitanciômetro Clínico

**De uso fixo
ou portátil.**

**PRODUZIDO NA
DINAMARCA**



- Faixa de pressão: -600 a +300 daPa
- Faixa de complacência: 0,1ml a 6,0 ml
- Estímulo de teste: 85 dB SPL em 226 Hz
- Intensidade máxima de reflexo: 120 dB
- Impressora térmica embutida no painel opcional
- Compatível com o software NOAH

PRONTA-ENTREGA

ACESSÓRIOS DE SÉRIE:
Sondas standard e clínica com suportes de ombro e cabeça (Headset), fone TDH-39, kit de olivas, cabo de força e capa de proteção.

Audiômetro AD-229B

Interacoustics



- Realiza testes de via aérea, via óssea e fala
- Faixa de frequência: 125-8000 Hz
- Tipos de ruídos para mascaramento: white noise, narrow band e speech noise
- Tom puro e fala podem ser apresentados em campo livre
- Logoaudiometria pode ser feita através do microfone ou com estímulos gravados, pois possui entrada para CD player
- Realiza testes ABLB, Stenger e Hudson Westlake (audiometria automática)
- Fácil sistema de transferência de exames realizados para o computador

PRONTA-ENTREGA

**Audiômetros | Imitanciômetros | Otoemissões | Bera | Cabines | Calibrações
Aparelhos Auditivos | Acessórios | Peças | Produtos para Laboratório**

**ENTRE EM CONTATO COM NOSSOS
CONSULTORES DE VENDAS**

(51) 2108.1919 | www.vitasons.com.br

Assistência Técnica em todo o Brasil

vitasons PRO)))

Solução em todos os sentidos.